



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão

Ata da Sexta Reunião da COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO. Aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, às 16:00hrs, na sala de reuniões da Secretaria do Tribunal de Justiça, 4º andar do Palácio da Justiça. Presentes as autoridades: DESEMBARGADOR SIGURD ROBERTO BENGTTSSON – Presidente da Comissão; DESEMBARGADOR RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA, Presidente da CPA do TRT, Dr. Luciano Campos de Albuquerque, Juiz Auxiliar da Presidência, Dr. Sérgio Luiz Kreuz, Juiz Auxiliar da Corregedoria, o servidor do TRT Nelson Amazonas Girão de Araújo (Secretário da CPATRT), e os servidores deste Tribunal de Justiça, Claudia Cristina Martins Tria, Daniela Ribas Rocha, Diogo Guilherme Silveira, Fernanda Schiavinatto, Flavia Verusca Buturi Monarin Matos, Gilberto Yoshikazu Ozawa, João Guilherme Carraro Hortmann, Jose Luiz Leite da Silva Filho, Marcela Benevides Sales Pignolo, Marcos Kazuyoshi Sakamoto, Renan Massaiti Tory, Vanessa Rafaela Lobato, Vera Maria Molfi de Franco e Vivian Clavijo Beltran Kummer. Na oportunidade, foi debatida a evolução dos direitos da pessoa com deficiência a partir da Convenção Internacional Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da Lei Brasileira de Inclusão e da Resolução nº 230/2016 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). As comissões apresentaram algumas das ações desenvolvidas no âmbito dos seus tribunais: sensibilização, capacitação de servidores e magistrados, construção e reforma das unidades administrativas e judiciárias, entre outras. Também foram discutidos os desafios, as necessidades e os avanços em relação à acessibilidade do PJe e do Projudi e o atendimento às determinações relativas à capacitação e à utilização da Língua Brasileira de Sinais. O Desembargador do TRT-PR Ricardo Tadeu Marques da Fonseca relatou suas experiências pessoais e profissionais como pessoa com deficiência visual. O Desembargador foi aprovado no concurso para Juiz no Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP) em 1990 – porém foi desclassificado em razão da deficiência –, em seguida foi aprovado no Ministério Público do Trabalho do Paraná (MPT-PR) e, em 2009, nomeado Desembargador do TRT-PR. Em 2006 participou do grupo que redigiu a Convenção Internacional Sobre os Direitos da Pessoa com deficiência da Organização das Nações Unidas (ONU). Durante o encontro, as comissões demonstraram interesse em celebrar parceria visando à adoção de medidas de ampliação e divulgação da acessibilidade, mediante a assinatura de Termo de Cooperação entre os Tribunais. A reunião foi encerrada às 18hs10min. Nada mais havendo a ser tratado, eu, Marcela Benevides Sales Pignolo, Secretária, lavrei a presente ata que vai por mim e pelo Presidente da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão, devidamente assinada.